

Jovens guarani e kaiowá no ensino superior em Mato Grosso do Sul – Brasil¹

Guarani and Kaiowá youth in higher education in Mato Grosso in Southern Brazil

Célia Maria Foster Silvestre²
Marta Soares Ferreira³
Algacir Amarilia⁴

Resumo

Esse artigo apresenta e discute aspectos da formação universitária de jovens guarani e kaiowá em Mato Grosso do Sul, Brasil, a partir das políticas de acesso e permanência no ensino superior, especialmente no que se refere àquelas destinadas aos integrantes desses coletivos, dando ênfase às ações no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. No Brasil, a presença indígena no ensino formal é recente e, para além do direito à educação e das políticas públicas vinculadas a esse direito, existem compreensões epistemológicas e políticas que entram em cena, fundamentando reflexões a respeito dos distintos projetos atrelados à trajetória escolar, do ensino fundamental ao superior. Os dados e relatos apresentados são decorrentes de uma série de pesquisas, projetos de extensão e ensino entre os Guarani e Kaiowá, incluindo o PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – Subprojeto Interdisciplinar, que vem sendo desenvolvido em duas escolas indígenas, no município de Amambai, MS, desde 2014.

Palabras-chave: ensino superior; jovens guarani e kaiowá; políticas de acesso e permanência na universidade.

1 Recibido: junio 23 de 2017. Aceptado: noviembre 10 de 2017.

2 Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), nos cursos de Ciências Sociais, Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) e Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Coordenadora do subprojeto Interdisciplinar do PIBID, UEMS de Amambai; coordenadora do projeto de extensão “Ojapo tape ouatá hína: se faz caminho ao andar”. E-mail: celia.silvestre@gmail.com

3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unioeste, Toledo/Paraná. Egressa do curso de Ciências Sociais de Amambai e ex-integrante do PIBID, subprojeto Interdisciplinar. E-mail: martamartinhasf@gmail.com

4 Graduando do curso de Ciências Sociais, UEMS de Amambai. Integrante do PIBID, subprojeto Interdisciplinar. Email: algaciramarilia153@gmail.com

Abstract

This article describes and discusses aspects of the university education of Guaraní and Kaiowá youths in Mato Grosso do Sul - Brazil, based on the policies of access and retention in higher education, especially those related to the members of these groups, emphasizing the actions in in the ambit of State University of Mato Grosso do Sul. In Brazil, the indigenous presence in formal education is recent; in addition to the right to an education and public policies linked to this right, there are epistemological and political understandings that need to be considered, grounding reflections on the different projects linked to the school trajectory. The data and reports presented are the result of a series of research, extension and teaching projects with the Guaraní and Kaiowá, including the PIBID⁵ - Interdisciplinary Subproject Institutional Scholarship Program, developed in two indigenous schools in the municipality of Amambai, MS since 2014.

Keywords: higher education; young Guaraní and Kaiowá youth; access and permanence in university education.

Os Guarani e Kaiowá contemporâneos

Os coletivos indígenas identificados como Guarani, no Brasil, subdividem-se em três grupos, sendo eles os Nhandeva, que se autodenominam como Guarani (como aqui serão referidos), os Kaiowá e os M'bya. Estes grupos mantêm entre si diferenças, mas também identificações e são agrupados assim devido ao fato de serem falantes da língua guarani, ainda que apresentem variações linguísticas. Segundo o Instituto Sócio Ambiental (ISA)⁴, os Guarani, juntos, compõem a população indígena mais numerosa do país, com cerca de 50.000 pessoas. Os dados apresentados no ISA são de acordo com o Censo realizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁶ no ano de 2008. Entretanto, estes dados estariam bem aquém do que se estima atualmente. De acordo com Cavalcante (2013, p. 84), apenas no estado de Mato Grosso do Sul (MS) vive, atualmente, uma população maior do que 51.000 pessoas.

5 Organização não governamental (ONG) que, no Brasil, atua na defesa dos direitos das populações tradicionais, incluindo os povos indígenas: <https://www.socioambiental.org/pt-br> e <http://pib.socioambiental.org/pt>.

6 Órgão indigenista oficial.

Os grupos identificados como Guarani habitam territórios que se dispersam por Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso do Sul. Habitam também as terras do Paraguai, Argentina e da Bolívia, onde são conhecidos como Ava Chiripa, Pãi Tavyterã, Chiriguano. Ao todo, os diversos grupos guarani que habitam o continente sul americano somam, aproximadamente, 250 mil integrantes (Silvestre, 2011).

Os territórios guarani e kaiowá se estendem, no estado de Mato Grosso do Sul, por cerca de duzentos quilômetros, a partir da fronteira com o Paraguai, por toda a extensão ao sul do estado. Entretanto, hoje encontram-se divididos em, aproximadamente, 17 administrações municipais e em cerca de 35 aldeias já demarcadas como terra indígena. Mas eles também vivem em áreas que estão sendo demarcadas, ou que aguardam o procedimento administrativo para que possa vir a ser regularizada no futuro. Os Guarani e Kaiowá também estão nos centros urbanos, principalmente nas periferias das cidades. Por isso, o número da população indígena e de suas terras indígenas não é fixo, sendo difícil obter um censo preciso da população Guarani e Kaiowá no sul de Mato Grosso do Sul.

Os territórios indígenas no estado de Mato Grosso do Sul passam, constantemente, por redefinições resultantes tanto do andamento dos procedimentos administrativos e jurídicos que permeiam a demarcação das terras indígenas no Brasil quanto da agência dos índios que, especialmente a partir da década de 1980, se articulam politicamente para recuperar áreas tradicionais das quais foram expulsos (Crespe, 2015).

A situação social vivida pelos índios Guarani e Kaiowá é, deste modo, marcada por uma série de problemas resultantes do esbulho de suas terras. Fora dos territórios tradicionais e confinados em porções territoriais diminutas, denominadas reservas⁷, os índios perdem a capacidade de manter sua autonomia política e econômica, ficando a mercê das políticas públicas, que não dialogam com seus modos de viver (Crespe, 2015).

Essa condição de vida dos coletivos indígenas é consequência do processo de colonização e toda a violência dele decorrente, que não fica restrita ao Brasil. Na América Latina como um todo, o impacto da colonização segue na atualidade por outros arranjos. Diante dele, os índios procuram formas de resistir e seguem lutando de várias formas (Crespe, 2015).

7 Demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), nas primeiras décadas do século XX, como estratégia para facilitar o processo de colonização nas fronteiras.

A luta por direitos passa pela educação escolar em seus vários níveis. No Brasil, a escola foi entendida, até recentemente, como mais uma das formas de integrar os índios à sociedade nacional. O projeto de colonização se reforça a partir da colonização do saber. Nesse intento, a escola colonizadora negava as práticas e saberes indígenas e uma das estratégias para a negação dos saberes era a proibição de falar a língua materna. A Constituição brasileira de 1988 instaura novas possibilidades legitimadoras dos direitos indígenas, estabelecendo a escola bilíngue e específica, fundamentada nos modos próprios de ensino/aprendizagem.

Essa diretriz remete à possibilidade, direito e vontade política (por parte dos indígenas) de estabelecer um projeto pedagógico de forma autônoma, com currículo, calendário e metodologia de ensino/aprendizagem próprios. Muitos aspectos estão atrelados a essa perspectiva e a prerrogativa aberta pela Constituição de 1988 demanda uma série de políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal, para a efetivação dessa escola, que ainda carecem de eficácia. De várias formas e por vários motivos, essa também tem sido uma luta árdua.

De forma geral, os estudos que passam pela questão da educação escolar indígena tratam da legislação que a regulamenta, fazem análise sobre a distinção entre a perspectiva anterior e após a Constituição de 1988, e tratam dos impasses subjacentes à proposta de uma educação escolar diferenciada e intercultural. Essas análises remetem à problemática da oferta dessa modalidade de educação por instituições da sociedade brasileira, pautadas pelo estabelecimento de uma determinada hegemonia, não somente distinta do modo de vida dos povos indígenas, mas que se opõe a ele.

Rossato (2002), pioneira no campo da educação escolar indígena diferenciada entre os Guarani e Kaiowá, traz para sua pesquisa a preocupação do povo Guarani, ao formular a questão problema para sua dissertação: “Será o letrão ainda um dos nossos?”⁸ Nessa dissertação, a autora já apontava os desafios presentes na educação escolar indígena, enquanto espaço de dissenso por parte dos próprios Guarani e Kaiowá e de descaso por parte do poder público. Registrava, também, a importância da trajetória política do Movimento de Professores Guarani e Kaiowá, cujos integrantes, a partir da escola, se envolvem nos projetos de vida e futuro de suas comunidades.

8 Letrão é a palavra que os Kaiowá e Guarani utilizam para se referir ao indivíduo letrado, que passou pela escola. A pergunta alude ao questionamento que haveria a respeito da vinculação e compromisso dos profissionais indígenas com suas comunidades.

Em estudo sobre a proposta da educação escolar indígena diferenciada, Nascimento (2004) analisa os impasses da construção dessa escola, a partir de quatro frentes: a atitude centralizadora do Estado na implantação dessa política pública; a dificuldade da transmutação dos conceitos como os de etnia, interculturalidade, processos próprios de aprendizagem, tradição, para as experiências curriculares concretas; a limitação na concretização da diferença, dada pelos resquícios e marcas que a passagem pela escola, baseada nos paradigmas da cultura ocidental, deixou nos professores indígenas e o precário conhecimento sobre o cotidiano das escolas indígenas, que inviabiliza inferências profundas sobre o impacto dessa instituição na totalidade das relações sociais locais.

Silvestre (2011) busca compreender aspectos do envolvimento dos jovens professores guarani e kaiowá nos projetos de vida e resistência de seu povo. O terreno para a pesquisa foi o Curso Normal Médio – Formação de Professores Guarani e Kaiowá - “Ára Verá” e o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena “Teko Arandu”, e aldeias de onde vinham os cursistas, especialmente a Te'yíkue, município de Caarapó, Mato Grosso do Sul. No entrelaçado da temática da juventude com a educação, surge o vigor das demandas por direitos, entre eles à terra, considerado o direito fundamental, a partir do qual emanam os demais. Nesse movimento, os jovens estão presentes, tanto na luta pela terra quanto na educação. A autora retrata, ainda, o surgimento da categoria juventude enquanto grupo social e categoria histórica entre esse coletivo, considerando que, tradicionalmente, as pessoas kaiowá e guarani passaram da infância para a vida adulta.

O movimento por uma escola indígena autônoma entre os Kaiowá e Guarani foi fortalecido a partir da formação dos professores integrantes desses coletivos. Os cursos de formação específicos, representados pelo curso em nível médio “Ára Verá” – tempo-espço iluminado – e o curso de licenciatura intercultural “Teko Arandu” -tempo de sabedoria-, também acima mencionados, constituem referência, do ponto de vista político e pedagógico. A formação em nível superior acontece também a partir da inserção em universidades privadas e públicas, em cursos não específicos, redimensionando a forma como os conhecimentos são colocados em aproximação e, também, colocando os futuros professores em contato com distintas compreensões a respeito do para que e como formar (Silvestre, 2011).

A chegada aos cursos de formação de professores, em nível médio e superior, revela-se uma ocupação de territórios. Ocupar esse espaço representa, para os indígenas, acesso a conhecimentos que julgam importantes nesse novo contexto histórico, incluindo os relacionados a direitos. A esse respeito, um estudante do Teko Arandu manifestava: “a bomba que a gente tem que estourar é no papel. O papel é a espingarda e a bala é a caneta”. Com isso, fazem referência ao lugar ocupado por aqueles e aquelas que têm acesso aos conhecimentos letrados, na luta para concretizar os direitos indígenas, mas também indica o trânsito desses professores por distintos cenários políticos, onde a frase é repetida (Silvestre, 2011).

Os desafios que se colocam são de várias ordens e dizem respeito ao enfrentamento a um projeto político respaldado nas políticas educacionais hegemônicas, presentes em um momento histórico predominantemente neoliberal. A proposta de educação presente nos projetos políticos pedagógicos das escolas indígenas, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena e no Referencial para a Formação de Professores Indígenas, vão à contramão dessa hegemonia, ainda que encontrem dificuldades para se efetivar.

Os Guarani e Kaiowá na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) recebe estudantes a partir do sistema de cotas, desde 2002. Trata-se de uma política brasileira de caráter afirmativo que busca compensar o processo histórico que manteve grupos sociais subalternos afastados da universidade, reservando parte das vagas disponíveis para integrantes desses grupos. Na última década, além do sistema de cotas, um conjunto de políticas de inclusão educacional foi adotado, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o que possibilitou a inserção de jovens oriundos de famílias de baixa renda nas universidades (Mucedula Aguiar, 2003).

O sistema de cotas consiste em uma prática afirmativa destinada à formação universitária de jovens oriundos de grupos historicamente ausentes da universidade no Brasil, reservando uma porcentagem de vagas para estudantes negros e negras, indígenas e com toda a trajetória de ensino básico em escolas públicas, como forma de instaurar um processo de transformação das condições sociais e econômicas desses grupos. A nota obtida no ENEM é utilizada para o acesso a cursos em universidades vinculadas ao Sistema de Seleção Unificada, o que também tem incentivado a mobilidade estudantil no Brasil.

Existem concepções divergentes a respeito do sistema de cotas que, ao serem fundamentadas na meritocracia para o acesso à universidade, não consideram as desigualdades historicamente construídas. No que se refere aos coletivos indígenas, esses estavam ausentes da universidade. Atualmente, um número ainda reduzido de estudantes ingressa e um número ainda menor conclui os estudos.

Quando as primeiras escolas foram implantadas nas aldeias, os professores não eram indígenas. É também a partir dos direitos indígenas estabelecido na Constituição de 1988, que para a educação se formaliza a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os indígenas se tornam professores nas escolas em suas aldeias, demandando cursos de formação específicos, como o caso dos cursos mencionados, Ara Verá e Teko Arandu.

Entretanto, os cursos de formação específicos não são suficientes para atender a demanda crescente por ensino superior. A UEMS, enquanto uma universidade pública com Unidades distribuídas em grande parte do estado, possui localização estratégica para a inserção dos jovens indígenas, embora não tenha cursos de formação específicos; entretanto, a partir de 2015 se iniciem estudos e procedimentos para a implantação de uma licenciatura em Agroecologia específica para os Guarani e Kaiowá.

O desafio seguinte à entrada na universidade é a permanência. Em Amambai, a proximidade com a aldeia contribui para isso, e, nesse caso, é possível fazer referência à presença dos Guarani e Kaiowá oriundos principalmente da Aldeia Guapo' y (Amambai), que fica a, aproximadamente, seis quilômetros de distância.

A existência de bolsas de auxílio também tem grande impacto no fator permanência. O Programa Vale Universidade Indígena – PVUI, que constitui em programa estadual de auxílio financeiro mediante a contrapartida de 12 horas semanais de estágio em instituições públicas, tem a adesão da maioria dos estudantes indígenas. Entretanto, é necessário salientar que apenas a junção de múltiplos fatores é que contribui para a permanência nos cursos e a conclusão dos estudos. Eles não estão restritos ao aspecto financeiro, até porque o valor de um auxílio, ou bolsa, é baixo e insuficiente para manter uma pessoa ou mais, quando quem estuda tem a responsabilidade de apoiar a sua família. Apenas ao juntar mais de uma dessas alternativas, bolsa e auxílio, se torna possível deixar o trabalho e se manter na universidade com esse recurso. E qual é esse trabalho a ser deixado para ingressar na universidade, para esses estudantes? É aquele o mais precário possível: o trabalho nas usinas de açúcar e álcool, não apenas no

estado de Mato Grosso do Sul, na colheita de maçã nos estados mais ao sul do país, na construção civil e para as mulheres, por vezes, o trabalho como doméstica.

Nesse sentido, cada vez mais os mais jovens percebem a universidade como uma forma de mudar essa situação e sentem que isso seja possível através das bolsas e auxílios aos quais podem ter acesso. É necessário lembrar, com isso, que é vedado receber mais de uma bolsa, ou recebê-la tendo um vínculo empregatício formal, a exemplo das bolsas de iniciação científica, através do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) ou de ações de extensão, através do PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão). O regulamento do PIBID permite que a ou o estudante se inicie na docência, mesmo estando trabalhando, e o regulamento do PVUI, que o caracteriza enquanto auxílio financeiro cuja contrapartida é o desenvolvimento de atividades em órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal (como secretarias de escolas, bibliotecas e outros), por doze horas semanais, juntos, criam uma alternativa de renda para se manter na universidade.

É importante ressaltar, também, a vinculação da UEMS ao Programa Rede de Saberes, ao lado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O Programa está atrelado ao Projeto Trilhas de Conhecimentos, com financiamento da Fundação Ford (Landa; Viana; Ferreira y Urquiza Aguilera, 2014). O projeto tem o objetivo de favorecer a permanência de estudantes indígenas na universidade através da participação em eventos, acesso às tecnologias da informação, fortalecimento da autonomia individual e coletiva.

Entre os múltiplos fatores mencionados como importantes para a permanência encontra-se a necessidade de acolhimento e desenvolvimento de estratégias interculturais que considerem a presença, história e lutas dos Guarani e Kaiowá. Os cursos de Ciências Sociais e História tem promovido essas condições, ao reunir docentes que se dedicam a pesquisas e projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para os Guarani e Kaiowa. Não menos importante, como mencionamos, se faz necessário que os recursos advindos de auxílios financeiros e bolsas de estudos sejam compatíveis com a necessidade de manter o estudante e à sua família enquanto estuda, já que a maioria dos jovens, quando inicia o ensino superior, tem filhos.

Com relação a esse aspecto, lembramos que a idade que a sociedade ocidental convencionou chamar de juventude, com vivências consideradas próprias dessa fase da vida, não encontra correspondente, nos mesmos termos, entre os povos indígenas de forma geral e entre os Guarani e Kaiowá de forma específica, embora cada vez mais a palavra jovem e juventude seja utilizada pelos próprios integrantes desse coletivo indígena. A formação da família e nascimento de filhos acontece cedo e, ao chegar à universidade, já vivem uma relação matrimonial. Manter-se na universidade, por esse motivo, é um desafio, frente às obrigações, culturais e econômicas, que envolvem a família (Silvestre, 2011).

Para as mulheres estudantes indígenas, as relações de parentesco ganham ênfase quando se considera fazer um curso superior. Entre os aspectos mencionados pelas jovens está o valor que esse coletivo indígena dá à formação da família, e que acontece para os casais jovens por volta da idade em que dariam entrada à universidade (frequentemente antes) e, a partir daí, existe uma série de prescrições relacionadas ao que se espera da mulher casada.

As famílias indígenas entendem que as mulheres ao se casar devem cuidar do marido e da família. Não se vê com bons olhos a ida para a universidade, por conta dos novos conhecimentos a serem adquiridos, que diferem da socialidade própria da cultura guarani e kaiowá. Segundo elas, ocorre uma hostilização em relação à intenção da mulher que manifesta o desejo de estudar, procurando desvia-la dessa intenção. Uma estudante indígena do curso de Ciências Sociais, casada com um jovem indígena vinculado ao curso de História, manifestou que viveu essas situações. Para ela, essa postura da família mudou quando o estudo começou a gerar recursos financeiros, para se manterem e também para ajudar a família, o que condiz com as relações de reciprocidade própria dos Guarani e Kaiowá (Pereira, 2004).

Com referência a isso, é importante salientar a importância das políticas de formação em nível superior para indígenas, com cursos oferecidos em instituições de ensino superior próximas às aldeias, ou que sejam oferecidos na metodologia da alternância⁹, com etapas de ensino presenciais que contemplem apoio para deslocamento, hospedagem e alimentação, inclusive para facilitar a inserção de mulheres mães.

9 A metodologia da alternância intercala períodos de ensino na universidade e na comunidade, com o deslocamento do corpo docente para as comunidades, o que favorece o conhecimento a respeito das condições locais. As atividades de ensino, pesquisa e extensão estão correlacionadas, em todos os momentos.

As frentes de expansão econômica provocaram e continuam provocando graves impactos na forma de vida (*nbande reko* – nosso modo de vida, nossa cultura), desses coletivos. As áreas diminutas, quer seja das reservas ou na (in)contingência dos acampamentos, e elevado contingente demográfico se contrapõem à configuração social tradicional, não permitindo cultivar alimentos. Não há áreas de mata para caçar e rios para pescar, o que requer a vinculação ao mercado de trabalho, para a reprodução das condições materiais de vida. Geralmente são os jovens a adentrarem a esse mundo do *karai*, como são chamados os não indígenas, quase sempre através da forma de trabalho subalternizado que mencionamos acima.

Outro fator a se levar em consideração, são as dificuldades de ordem epistemológica e linguística, presentes na vivência universitária. Ainda que desejosos de se manterem na universidade, essas barreiras por vezes dificultam a permanência, o que aponta para a necessidade de articular, à política pública, estratégias pedagógicas diferenciadas e projetos de ensino específicos.

Foi considerando essas aspectos que, a partir de 2014, a Unidade da UEMS em Amambai passou a desenvolver um dos projetos vinculados ao PIBID¹⁰ em duas escolas da aldeia Amambai: Escola Municipal Mboe'roy Guarani Kaiowá e Escola Estadual Mboe'roy Guarani Kaiowá. O projeto tem característica interdisciplinar e vincula estudantes dos cursos de História e Ciências Sociais, designando 12 bolsas. O mesmo projeto vincula outras duas escolas urbanas, com a proposta de desenvolver atividades voltadas para a educação escolar indígena, história, cultura e direitos indígenas e história e cultura africana e afro-brasileira. A Unidade conta com outros dois projetos vinculados ao PIBID, oferecidos em escolas urbanas: de História e de Ciências Sociais, tendo o de História estudantes indígenas vinculados.

O fato das escolas serem próximas ao local de moradia dos estudantes, com ela terem familiaridade, tanto no sentido de que lá estudaram quanto de poderem falar a língua guarani, faz com que os estudantes guarani e kaiowá procurem se vincular ao projeto interdisciplinar. São doze estudantes que dele fazem parte.

10 O PIBID é um programa que visa a valorização do magistério através do fortalecimento e aprimoramento da formação de docentes para o ensino básico, oferecido pela Diretoria de Educação Básica Presencial – DEB – da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. São oferecidas bolsas para os estudantes universitários que se vinculam ao programa, que são orientados por um docente da universidade (coordenador do projeto) e um do ensino básico (supervisor).

É possível constatar que de 2014 a 2016 não houve desistentes com cancelamento formal da matrícula do curso de Ciências Sociais. Da mesma forma, o número de matriculados aumentou, nos dois cursos. Esse aumento se deve ao fato de que a presença dos universitários nas escolas favorece o interesse de ingresso por parte dos que estão concluindo o ensino médio. Da mesma forma, há um efeito de valorização dos saberes indígenas, acesso ao conhecimento das várias áreas das ciências humanas, incluindo direitos indígenas, participação em eventos e divulgação de suas ações. É importante mencionar o protagonismo dos jovens guarani e kaiowá, tanto na aldeia quanto na universidade, onde promovem um ambiente que tem favorecido suas permanências e expectativas de continuidade de estudo em nível de pós-graduação.

A vivência em sala de aula, nas escolas de ensino médio e fundamental, permite a interação nesse espaço, exercitar a autonomia e segurança, perceber as próprias fragilidades e as do sistema escolar, criar espaços para tratar de temas relacionados ao ensino de história e cultura indígena. Com isso, aprendem e ensinam.

Os bolsistas do PIBID Interdisciplinar perceberam, também, que suas presenças nas escolas da aldeia é um meio para motivarem os demais a ingressarem na universidade. Na sala de aula, na universidade, se deparam com o outro através do viés teórico, ampliando suas consciências de si. Questionam as teorias e se fortalecem nos argumentos a respeito da relevância de sua cultura. A partir disso, fomentam o debate sobre a temática da demarcação de terras tradicionais. Dizem que não existe direito a ser conquistado que não passe pelos territórios tradicionais, sendo essa a dimensão prioritária, a partir da qual as demais surgem. Posicionam-se como apoiadores dos seus parentes que estão em situação de acampamento para retomadas de territórios tradicionais. Organizam eventos, trazendo para o mundo do *karai*, não-indígena, seus líderes políticos e espirituais.

No período de 2014 e 2016, várias foram as ações desenvolvidas através do PIBID nas escolas da aldeia e na universidade: estudo dos fundamentos da educação escolar indígena, da organização social guarani e kaiowá, de direitos indígenas, reconhecimento da área indígena e produção de representações cartográficas; produção de livros artesanais com temas próprios da cultura guarani e kaiowá; estudo da história da escola na aldeia; coleta, catalogação, indicação de uso e exposição de plantas medicinais; exposição de fotografias na

aldeia e na universidade; oficina de pintura corporal, show de música e dança (guachire), com degustação de chicha (bebida tradicional) em escola urbana; conversa com autores, encontro com estudantes de curso de pós-graduação, participação e organização de eventos, e muitas outras ações desenvolvidas no cotidiano.

A formação dos estudantes de História e de Ciências Sociais ampliam-se nessas ações, preparando-os não apenas para a docência, mas para atuarem como lideranças. Ao mesmo tempo, esse processo pretende contribuir para desconstruir preconceitos em relação aos indígenas. Esses preconceitos são de vários tipos. Não pretendemos reproduzi-los aqui. São inaceitáveis e queremos que desapareçam. Quem os professa é forçado a revê-los quando os Kaiowá e Guarani ocupam lugar entre os aprovados em curso de mestrado, participantes em congressos nacionais e internacionais, docentes nas escolas.

O que se amplia? Certamente os preconceitos não desaparecem facilmente. O que se amplia é que são os próprios Kaiowá e Guarani que se colocam contra eles, enquanto estudantes, professores e pós-graduandos.

Considerações finais

Quem vive o cotidiano da formação universitária com os kaiowá e guarani sabe, sem olhar dados quantitativos, que são poucos os que entram e menos ainda os que concluem seus estudos. Mas, também, é possível perceber suas presenças cada vez em maior número, confiança e participação na vida universitária. Nos últimos anos, a partir do cenário descrito, percebemos uma verdadeira retomada desse espaço do qual estavam ausentes.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com localização em vários municípios do estado de Mato Grosso do Sul, se coloca em situação favorável para apoiar as demandas dos povos indígenas por educação superior. A inserção através do sistema de cotas enseja a abertura para os múltiplos cursos oferecidos por essa instituição.

Até o ano de 2016 foram matriculados nos cursos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nos vários municípios, novecentos e nove alunos. Ainda que muitos deles não concluam os cursos, tenham suas matrículas canceladas pelas normas internas ou abandonem os cursos, essa política pública de acesso, ano a ano, consegue maior adesão e credibilidade por parte dos e das jovens cotistas.

Os dados permitem inferir que a vivência universitária de forma ampla, permanência e conclusão dos cursos têm maior vigor quando atreladas às políticas de apoio financeiro e pedagógico que considerem as especificidades desse público estudantil. Entretanto, no que se refere ao sistema de cotas, os programas institucionais de bolsas, de valor reduzido, não são suficientes para manter estudantes na universidade. Projetos de ensino que favoreçam aos estudantes a participação e vivências acadêmicas em toda sua extensão contribuem para a permanência.

Associadas às políticas de ingresso e permanência, os cursos de Ciências Sociais e História de Amambai reconhecem a diferença e a especificidade da presença guarani e kaiowá e desenvolvem estratégias pedagógicas, assim como projetos de extensão e de pesquisa, que procuram contemplá-las.

As dificuldades são colocadas para homens e mulheres de forma diferenciadas, a partir das expectativas e especificidades culturais dos seus grupos sociais. As referências culturais e os vínculos familiares são referências poderosas para os estudantes indígenas.

As escolhas dos cursos, no que se refere ao público local de Amambai, se relacionam principalmente à proximidade com a universidade e ao que está disponível. Ou seja, se coloca como campo de possibilidades. Necessariamente a política está ligada a um viés econômico. Os estudantes cotistas de Ciências Sociais e História são oriundos de famílias de baixíssima renda, no caso aqui analisado, com a especificidade de serem indígenas.

Os dados sugerem que a permanência não se liga apenas a receber uma bolsa, que tem o valor não suficiente para a reprodução da vida humana; entretanto, a pesquisa não avançou para investigar os egressos e desistentes. A inferência se dá, ao contrário, para avaliar a permanência a partir da junção do Vale Universidade Indígena e do PIBID.

Para além da noção de projeto, da maneira presente para os ocidentais, que permite a projeção de acontecimentos com determinado fim, para os guarani e kaiowá, o fluxo da vida se processa enquanto contingência, expressa na palavra *ko'erõ* – se amanhecer. A palavra projeto não tem tradução no pensamento e na língua guarani. Quase sempre, ao ser usada em português, expressa ações direcionadas por uma instituição externa, seja governamental ou ONG. Nessa perspectiva, a vida é sempre experimentada como contingência.

Segundo os jovens e as jovens integrantes do PIBID, a expressão significa que se um novo dia chegar, farão o que estão se propondo. Se amanhecer, será possível fazer isso e/ou aquilo. Mas... apenas se amanhecer, o que coloca todo o futuro como incerteza e colocando em cheque a racionalidade e certezas ocidentais.

É importante destacar que para as gerações mais jovens essa concepção começa a mudar, no contato com a sociedade ocidental e, ao virem para a universidade, formulam intenções/projetos para sua continuidade. Assim como formulam intenções/projetos de adquirir uma moto, um carro, ou casar.

A esse respeito, contava uma jovem que a mãe dizia, pelo fato de estar recebendo bolsa: “veja se não vai casar, agora que está ganhando dinheiro”. E a jovem relatava que a família começara a ver com bons olhos estar estudando, pensando que se tornaria professora.

Dessa forma, cabe às instituições, através das políticas de acesso a direitos, garantir que vai amanhecer para as e os jovens guarani e kaiowá nos cursos de formação em nível superior, se assim elas e eles o desejarem.

Bibliografia

- Cavalcante, Thiago Leandro Vieira (2013). *Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul* (Tese de Doutorado em História e Sociedade). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Crespe, Aline Castilho (2015). *Mobilidade e temporalidade kaiowá. Do tekoba à reserva, do tekobarã ao tekoba* (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- Landa, Beatriz dos Santos; Viana, Fernando de Luiz Brito; Ferreira, Eva Maria L. ; Urquiza, Antônio H. Aguilera (2014). *Indígenas no Ensino Superior: as experiências do programa Rede de Saberes, em Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: Editora E-papers.
- Mucedula Aguiar, Márcio (2003). *A especificidade da ação afirmativa no Brasil: o caso do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba*. MG. Dourados: Ed. UFGD.
- Nascimento, Adir Casaro (2004). *Escola indígena: palco das diferenças*. Campo Grande: UCDB.

- Pereira, Levi Marques (2004). *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno* (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rossato, Veronice Lovato (2002). *Os resultados da escolarização entre os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: Será o “letrao” ainda um dos nossos?* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.
- Silvestre, Célia Maria Foster (2011). *Entretempos: experiências de vida e resistência entre os Kaiowá e Guarani a partir de seus jovens*. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

